

Heloisa Liberalli Bellotto
**O discreto fascínio
da arquivologia**

Nesta entrevista, concedida via Internet, de Lisboa, Heloisa Liberalli Bellotto comenta aspectos de sua experiência nas áreas da pesquisa histórica, do magistério e da organização de arquivos no mundo luso-brasileiro, atividades que fizeram dela referência intelectual aqui e além-mar.

> Todos aqueles familiarizados com arquivologia ou história colonial conhecem e admiram o trabalho de Heloisa Liberalli Bellotto. Trata-se de intelectual marcada por trajetória em que esses dois campos do saber mutuamente se enriquecem. Desde o tempo da sua formação universitária, a professora Bellotto procurou integrar a pesquisa histórica ao conhecimento documental. Graduada em biblioteconomia e documentação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1956) e em história pela Universidade de São Paulo (1959), especializou-se em organização e administração de arquivos pela Escuela de Documentalistas de Madrid (1977), aperfeiçoando-se também nos Archives Nationales de France (1979) e no National Archives and Records Administration dos EUA (1987). Leciona na Universidade de São Paulo (USP).

No campo da pesquisa histórica, é doutora pela USP (1976) e pós-doutora pelo Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (1999). De seu extenso currículo, constam ainda os títulos de professora visitante da Universidad Internacional de Andalusia, consultora do Ministério da Cultura e de várias fundações de amparo à pesquisa. Como pesquisadora, publicou dezenas de artigos e livros, entre os quais se destacam Arquivos Permanentes: tratamento documental¹ e Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo,² obras recentemente reeditadas.

Nesta entrevista, concedida via Internet, de Lisboa, Heloisa Liberalli Bellotto comenta aspectos de sua experiência de vida, entre pesquisa histórica, magistério e organização de arquivos no mundo luso-brasileiro.

RAPM – Como historiadora e arquivologista, sua experiência intelectual é múltipla. De que

maneira surgiu seu interesse por esses temas e como a senhora avalia essa diversidade de atuação?

Heloisa Liberalli Bellotto – Por circunstâncias fortuitas, que não vêm ao caso, acabei fazendo o curso de biblioteconomia e documentação na Fundação Escola de Sociologia e Política, então o único em São Paulo, concomitantemente com o de história, na Faculdade de Filosofia da USP, um pela manhã, outro à tarde. A história, sim, era minha vocação desde o curso secundário, vocação muito incentivada por meu pai, que, embora fosse um cientista, diretor de um grande laboratório e professor da USP na área de farmácia, era pesquisador apaixonado pela história da ciência. A verdade é que acabei fazendo entusiasmadamente os dois cursos, procurando extrair o máximo deles, naquilo que se completavam. Essa formação dupla levou-me, quase que instintivamente, para uma carreira voltada para o documento em geral: questões de identificação, classificação, teorias da informação, isto é, o conhecimento do “lado de fora” do documento – que eu trazia da biblioteconomia – aliou-se ao estudo dele como fonte para a história, a busca do “lado de dentro” do documento, digamos. Daí para a arquivística foi um passo natural e necessário: só ela foi capaz de me fazer conhecer a abissal diferença entre um documento bibliográfico e um documento arquivístico. E, dentro da arquivística, acabei me especializando em diplomática, que é, justamente, o estudo da estrutura do documento e suas relações com as razões jurídicas e administrativas que lhe deram origem.

RAPM – Seu trabalho como pesquisadora foi pioneiro. Como foi pesquisar a história do Morgado de Mateus e qual é a importância do tema?

Heloisa – O meu trabalho de pesquisadora, muito concentrado no estudo de São Paulo nos meados do século XVIII, enquanto instrumento geopolítico da administração da América portuguesa, não foi pioneiro no sentido da procura exaustiva das fontes, sua análise e estudos, as ilações, reflexões e deduções sacadas dessa procura, achado e estudo. Trabalhei exatamente como aprendera e praticara nos anos da minha formação na USP, no meu tempo de professora da Unesp e como pesquisadora do setor de História do Brasil do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), cargo que eu exercia nos anos da elaboração do meu doutorado (1972-1976) e que continuei a exercer até a minha aposentadoria, em 1990, quando então fui para a Universidade de Brasília, para implantar o curso de arquivologia. Pioneira, se assim podemos considerar, pode ter sido a minha tese, no sentido do esforço de tirar o Morgado de Mateus e o século XVIII paulista da sombra da historiografia a que estava relegado pelo excesso de pesquisas sobre o século XVII (os bandeirantes) e o século XIX (a chegada do café e a conseqüente leva da imigração estrangeira). Pesquisas realizadas em bibliotecas e arquivos em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Lisboa e outras cidades portuguesas possibilitaram trazer à tona o encadeamento de fatos pouco conhecidos, como a extinção da

[...] o conhecimento do "lado de fora" do documento – que eu trazia da biblioteconomia – aliou-se ao estudo dele como fonte para a história, a busca do "lado de dentro" do documento.

capitania de São Paulo em 1748 (“não tem homens nem comércio que justifique a presença de um capitão general”, dizia o respectivo decreto), a sua sobrevivência econômica por meio das tropas e das monções, até as razões da sua restauração e o porquê da escolha do “restaurador” D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus (um título de pequena nobreza aliado à posse de terras). Seu governo, de excepcional vigor e dinamismo, suas medidas administrativas que acabaram abortadas no emaranhar das intrincadas redes de tráfico de poder

na corte e na frágil intra-estrutura da capitania que governou por dez anos.

RAPM – Desde a década de 1970, a senhora tem freqüentado arquivos portugueses e espanhóis. Quais foram as transformações mais marcantes que desde então ocorreram nessas instituições?

Heloisa – Em estágios integrantes dos cursos de especialização em arquivística que fiz na Espanha e na França, ou como pesquisadora, não só nesses países, mas em outros também, verifico o desenvolvimento da dita “ciência arquivística” nos últimos quase 40 anos como notável, seja do ponto de vista da teoria, metodologia e prática, seja do seu uso administrativo, jurídico, científico e cultural, tudo eivado dos recursos

enriquecedores da informática. Hoje os países podem ter em pleno funcionamento seus sistemas de arquivos, racionalizando o uso administrativo e jurídico da informação, bem como facilitando o acesso e a pesquisa nos arquivos permanentes.

RAPM – Tendo em vista sua experiência em arquivos ibéricos, franceses e norte-americanos, quais são as principais características dessas instituições se comparadas aos arquivos ibero-americanos?

Heloisa – Os arquivos franceses e norte-americanos, assim como os de muitos dos países chamados de Primeiro Mundo, levam a vantagem de estarem inseridos em políticas arquivísticas públicas adequadas e de contarem com maior disponibilidade financeira para seus recursos humanos e técnicos. Os arquivos ibéricos, se aí considerarmos Portugal e Espanha, têm hoje também uma relativa posição de modernidade e bom desempenho, sobretudo os espanhóis. Já os arquivos ibero-americanos – embora não desconhecendo as teorias e metodologias disseminadas universalmente a partir da consolidação de uma moderna arquivística, que se desenvolveu muito depois da instalação do Conselho Internacional de Arquivos, em 1951, em Paris, assim como as disciplinas e programação adequadas à boa formação

Pioneira, se assim podemos considerar, pode ter sido a minha tese, no sentido do esforço de tirar o Morgado de Mateus e o século XVIII paulista da sombra da historiografia a que estava relegado.

profissional – não estão no mesmo patamar de progresso. Sabemos tudo o que “deveríamos” ser, mesmo porque hoje em dia as “novidades” são sempre de conhecimento instantâneo por toda parte. Mas estamos longe de poder acompanhar aquele ritmo internacional de organização e de prestação de serviços arquivísticos dos países do Primeiro Mundo. O problema é sobretudo de ordem econômica e de “vontade política”. A diferença nossa com aqueles países está centrada nos ínfimos recursos alocados para as instalações, os

equipamentos e para a formação do pessoal de arquivo: eles são realmente diminutos ou não existentes nos nossos países. Uma política nacional e as políticas estaduais (ou provinciais) consistentes e de longa duração são necessárias, assim como uma conscientização da sociedade a respeito do que são, para que servem e a importância dos arquivos, sejam os administrativos ou correntes, sejam os permanentes ou históricos.

RAPM – O curso de especialização em organização de arquivos do IEB goza de merecido prestígio e formou gerações de profissionais. Como a senhora avalia o ensino da arquivologia no Brasil?

Heloisa – A criação do curso de especialização do IEB foi o recurso possível, naquele momento – inícios da década de 1980 –, em São Paulo,

quando tentamos, sem êxito, a criação de uma graduação em arquivologia na USP. Já tendo concluído 21 turmas, o curso continua capacitando graduados, em geral em biblioteconomia ou em história, para trabalharem na área, embora sem o direito ao título de arquivista e sem direito aos concursos públicos, reservados aos titulados da graduação. Hoje já são mais de dez os cursos universitários de arquivologia no país, inclusive um no nosso Estado, em Marília, da Universidade Estadual Paulista (Unesp). O último a ser criado é justamente o da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O ensino tem progredido consideravelmente em cuidados com uma formação adequada e em consonância com o mercado de trabalho, desde a criação desses cursos, no início da década de 1970. Ainda nos ressentimos da falta de um corpo de professores especializados e possuidores de graus acadêmicos elevados, pois somos ainda muito poucos.

RAPM – Como a senhora avalia a importância da Internet no atual campo de pesquisas históricas e qual o impacto dessa tecnologia na organização dos arquivos?

Heloisa – Não há campo da atividade humana, hoje em dia, no qual não haja a presença não

[...] verifico o desenvolvimento da dita "ciência arquivística" nos últimos quase 40 anos como notável, seja do ponto de vista da teoria, metodologia e prática, seja do seu uso administrativo, jurídico, científico e cultural.

só da Internet, mas da informática como um todo. A Internet permite o acesso às informações contidas nos documentos, seja pela obtenção deles na íntegra, seja por seus resumos em catálogos e inventários apresentados de forma digital. Essa prática facilita e agiliza enormemente a pesquisa histórica, pois, em muitos casos, são evitados os largos deslocamentos e seus conseqüentes custos e dificuldades. Quanto à organização dos arquivos, mais do que a Internet, a informática veio facilitar a elaboração dos planos de classificação, das tabelas de temporalidade,

dos levantamentos estatísticos, a localização e disponibilização de informações de forma quase imediata.

RAPM – Como se encontra atualmente o Projeto Resgate? Quais são as próximas etapas? Quais acervos ou novos instrumentos de pesquisas serão disponibilizados?

Heloisa – O Projeto Resgate, neste seu 11º ano de funcionamento, apresenta o saldo impressionante de mais de 300 mil documentos lidos, analisados, descritos e divulgados em forma de catálogos impressos, digitais e em reprodução na íntegra em microfilmes e em CD-ROMs, documentos que se acham em acervos de Portugal, Espanha, Itália, Holanda, França e Inglaterra, sendo o percentual de 80%

custodiado pelo Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Tudo isso já está disponível em forma impressa, microfilmada ou digitalizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ou parcialmente, nos arquivos estaduais e nas grandes bibliotecas universitárias dos diferentes Estados. Finalizados, pois, os documentos referentes aos vários Estados do Brasil – assim denominados desde quando eram capitânicas no século XVIII – a equipe atual, da qual sou consultora

e pesquisadora, trabalha em um núcleo que o Arquivo denomina *Série Reino*. Nela são encontrados documentos do século XVI ao XIX, relativos às atividades do Conselho Ultramarino e, sobretudo, da Secretaria de Marinha e Ultramar, dentro não só do território metropolitano, mas também referentes ao império, abrangendo, portanto, também o Brasil. Nossa sistemática de trabalho, agora, diferentemente do que foi feito com a *Série Brasil*, não é a elaboração de catálogos, isto é, a descrição em verbetes e a indexação de documento por documento. Agora, o instrumento de pesquisa que estamos construindo é um inventário, ou seja, a descrição corresponde a conjuntos lógicos, em geral de mesma tipologia documental. São cerca de 150 mil documentos, dos quais já lemos e descrevemos cerca de 36 mil. Ainda temos um largo trabalho pela frente.

[...] estamos longe de poder acompanhar aquele ritmo internacional de organização e de prestação de serviços arquivísticos dos países do Primeiro Mundo.

de arquivo e alguns centros que os custodiam e disponibilizam para a pesquisa são bastante conhecidos por sua excelente organização e riqueza de acervo: o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, a Casa de Rui Barbosa, o Centro de Documentação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), todos no Rio de Janeiro; o Instituto de Estudos Brasileiros da USP, em São Paulo; o Instituto Joaquim Nabuco, em Recife; além de muitos outros que vêm reunindo arquivos de estadistas, escritores, artistas, cientistas etc. A conscientização das famílias, quando da morte dos titulares dos arquivos cujos documentos podem ser relevantes para a sociedade, deve ser incrementada para que esses acervos sejam doados a arquivos e a institutos de pesquisa.

RAPM – De que maneira a senhora avalia a questão dos arquivos privados no Brasil? Qual é a importância deles e que medidas deveriam ser implementadas em seu favor?

Heloisa – Os arquivos privados, quando já na fase histórica, isto é, quando já disponíveis para a pesquisa, são de grande importância como elemento principal ou auxiliar, segundo o tema da pesquisa histórica que está sendo procedida. O Brasil tem uma boa tradição de guarda, tratamento e disponibilização desse tipo

RAPM – Quais são atualmente suas áreas de interesse e seus respectivos temas de pesquisa?

Heloisa – Tenho trabalhado muito atualmente com a questão da diplomática e da tipologia documental dentro da arquivística, procurando demonstrar o quanto a identificação do tipo documental é básica para demonstrar a atividade jurídico-administrativa nele comprovada, e o quanto isso é importante tanto para a organização como para avaliação, classificação, arranjo, descrição e uso dos documentos. Tenho abordado esse tema tanto em cursos como em congressos e publicações. Paralelamente, tenho trabalhado na documentação existente no arquivo do Palácio de Mateus, em Trás-os-Montes, Portugal, explorando agora a correspondência da família. Publiquei no ano passado um livro da correspondência entre o Morgado de Mateus e sua mulher, intitulado *Nem o tempo nem a distância*,³ e vou começar a explorar as cartas familiares de um neto dele, que foi diplomata e membro do governo português na primeira metade do século XIX – o primeiro conde de Vila Real. Continua, além disso, o meu trabalho de transcrição, introdução e notas do *Diário de Governo do Morgado de Mateus*, que tem cerca de 1.000 páginas, e que se acha parcialmente no Arquivo de Mateus, da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional

O Projeto Resgate, neste seu 11º ano de funcionamento, apresenta o saldo impressionante de mais de 300 mil documentos lidos, analisados, descritos e divulgados.

do Rio de Janeiro, e outra parte no arquivo da família, supracitado. A publicação já está prevista pela nossa Biblioteca Nacional, talvez para o ano vindouro.

RAPM – Que sugestões a senhora daria aos novos pesquisadores?

Heloisa – Aos novos pesquisadores a palavra deve ser sempre a de incentivo, de não esmorecimento diante das dificuldades e dos percalços. A pesquisa histórica, por suas

características intrínsecas, não é fácil nem fluida, nem evidente à primeira vista. Mas, talvez, aí resida o seu encanto: o descobrir, o negar, o confirmar, as idas e vindas das hipóteses, o instigante “chamamento” do documento. O elo que se estabelece entre o historiador e o seu tema de trabalho, corporificado nos documentos, gera um sentimento único, que caracteriza todo o fascínio dessa profissão.

Notas |

1. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

2. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*. 2. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2007.

3. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Nem o tempo nem a distância: correspondência entre o Morgado de Mateus e sua mulher, D. Leonor de Portugal (1757-98)*. Lisboa: Alithea Editores, 2007.